



9.
[Handwritten signature]

Reunião ordinária pública

Ata n.º 01/2020

Data: 2020-01-06

Início: 14.30 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.49 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS N.ºs 18 A 24/2019 -----

BALANCETE -----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 01 – PROIBIÇÃO DE OUTDOORS NA CIDADE DE TOMAR (11/PPRC/VHC/2019)-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (80/PPRC/PR/2019)-----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 03 – PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO DJUR.DCCO.00249.2019 DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (7533/ENTE/DAJA/2019 - 34/DIVER/DAJA/2019)-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 04 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Sporting Clube de Tomar (7242/ENTE/DAJA/2019 - 1/APOIOS/DADJ/2019) -----



DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----
N.º 05 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria Susete Sousa Salvador Ribeiro e outros (573/JUEL/DGT/2019 - 389/EDIF/DGT/2019)-----
N.º 06 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR DIREITO DO PRÉDIO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO, N.º 107 E 109 – Casa Pronta, Anúncio n.º 58885/2019 (7706/ENTE/DAJA/2019 - 1182/DIVER/DGT/2019) -----
N.º 07 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRÉDIO SITO NA RUA DR. JOAQUIM JACINTO N.º 107– Casa Pronta, Anúncio n.º 58960/2019 (7705/ENTE/DAJA/2019 - 1185/DIVER/DGT/2019) -----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público. -----

Esteve presente a Sra. Paula Peixoto, residente na rua de Santo António, número trinta e cinco F, em Santa Cruz, para alertar e solicitar a resolução do problema com que se depara; cerca do ano de dois mil e seis, cedeu uma parcela do seu terreno para alargamento e melhoramento da estrada ficando com uma curva bastante arrematada à saída do seu portão; é uma curva muito perigosa, onde ocorrem acidentes com muita frequência, tanto que comprou um espelho para poder ver os carros que vêm do lado esquerdo, mas a situação não melhorou muito e continua a haver um risco muito grande para si, para a sua família e para todos as pessoas que se deslocam a sua casa; o perigo constante dali resultante afeta mais pessoas pelo que, em conjunto com os vizinhos, apresentou na Junta de Freguesia um abaixo assinado para resolução do problema, que sabe ter sido encaminhado para a Câmara Municipal; não teve conhecimento do andamento que o assunto teve pelo que vem aqui reiterar o pedido de colocação de redutores de velocidade no local, lombas ou outros, para maior tranquilidade e segurança de todos.-----

A Sra. Presidente disse que há reporte da situação e do abaixo-assinado, encaminhado pela Junta de Freguesia, a quem responderam. Referiu que, tecnicamente, a colocação de lombas não pode ocorrer em qualquer local, nomeadamente à entrada ou à saída de uma curva, para além de que, por si só, as lombas não conduzem à redução de velocidade, antes levam a que o condutor reduza a velocidade para chegar à lomba e, a seguir, acelere normalmente. Referiu que, tal como consta da resposta enviada à Junta de Freguesia, procederam à colocação de lombas num outro local, a título provisório e experimental, e, entretanto, em reunião com a PSP, tendo em conta o número de acidentes ocorridos antes e depois da sua colocação, vão aferir da eficácia da ação; se constatarem ter havido diminuição do número de acidentes em



q.
[Handwritten signature]

resultado da colocação das lombas e estiverem reunidos os requisitos técnicos necessários, poderá ser replicado aquele modelo; os limites de velocidade estão bem marcados e sinalizados, aquela zona até beneficiou de redução do limite de velocidade há cerca de dois ou três anos, mas as pessoas não cumprem; se a questão das lombas não resolver terá se encontrar uma outra solução para tentar diminuir a velocidade com que os carros ali circulam, até porque é uma zona que não tem passeios e as pessoas utilizam a berma para caminhadas e para deslocações a pé, sobretudo de manhã, quando se deslocam para os empregos, colocando-se em perigo. Referiu que foi solicitado à PSP o reforço da fiscalização nas horas que estão mais reportadas com maior velocidade, mas sabem que isso não aconteceu. Sugeriu a deslocação da munícipe, acompanhada das pessoas que entender, a uma reunião com os serviços municipais, para obter as explicações e informações necessárias e adequadas, e equacionar a(s) solução(ões), a agendar posteriormente à reunião de avaliação da situação experimental a que aludiu.-----

A Sra. Paula Peixoto concordou com a sugestão frisando, contudo, que o problema já se arrasta há quinze anos e que, pelo que está a ver, será um processo moroso.-----

A Sra. Presidente referiu que espera proceder ao agendamento da reunião ainda no mês de janeiro; se a colocação de lombas resolver o problema, têm material em armazém e poderão concretizar a obra em fevereiro; se obrigar a uma intervenção mais estrutural, demorará mais tempo, até porque terão que conjugar a intervenção com as obras de saneamento que vão ocorrer na zona, que vão aproveitar para fazer alguma correção de curvas e de muros, o que obriga à obtenção de acordo prévio dos proprietários. Disse que, caso haja concordância, voltarão a falar sobre o assunto mais para o final do mês, já com o resultado da reunião com a PSP, sendo certo que, se a PSP concordar e puderem colocar as lombas, minimizam o problema, mas não o resolvem. -----

A Sra. Paula Peixoto referiu que deu terreno para alargar a estrada, para benefício e maior segurança de todos, e gostaria que alguém a ajudasse a minimizar o problema com que se depara, até que possa ser resolvido, para que possa viver com um pouco mais de tranquilidade. -----

A Sra. Presidente garantiu que, após a reunião com a PSP, previsivelmente ainda este mês, agendará uma reunião com a munícipe e com os demais interessados que a acompanhem. ----

Esteve presente o Sr. Fernando Caldas Vieira que retomou a questão da Central do Pego referindo a sua surpresa perante a informação de que, no ecoparque do Relvão, na Chamusca, vai ser construída uma central de queima de resíduos florestais e biomassa, o que reforça



ainda mais a sua certeza de que não vai haver biomassa para toda a gente, para além da sua convicção pessoal de que o Pego não vai funcionar sem carvão, com todas as consequências que daí advêm. Retomando a questão da iluminação pública e da rede inteligente, defendeu que teria sido preferível que a iluminação pública/substituição por LED tivesse sido feita no âmbito do contrato de concessão com a EDP Distribuição porque tinha a vantagem de todas as economias de faturação ficarem na Câmara; percebe que o contrato com a Ferrovial resulta do facto de se ter aproveitado para fazer a tal rede inteligente, como se faz nos países da Europa, mas ficou espantado que o primeiro exemplo de rede inteligente no concelho seja um sistema de rega no pavilhão gimnodesportivo adjudicado à Vodafone. Perguntou o que é que vai ser feito ao equipamento que vai ser retirado, nomeadamente sucata, suportes de lâmpadas e lâmpadas, tanto mais que as lâmpadas de vapor de mercúrio e de vapor de sódio têm alguns requisitos que envolvem alguns cuidados; por outro lado, está a ser retirado e eliminado equipamento que ainda não está pago, e estava a ser amortizado pelo consumidor no âmbito do contrato com a EDP Distribuição, impondo-se perguntar quem é que vai pagar isso, se a Câmara, se os consumidores, se a empreitada. -----

A Sra. Presidente disse que, em relação à Central do Pego, não pode deixar de partilhar das preocupações apresentadas até porque o programa do Governo refere a criação de doze centrais de biomassa no país e a Central do Pego, que tinha feito um conjunto de estudos em relação à adaptação da sua maquinaria para biomassa, não está incluída. Deu nota de que efetivamente não haverá biomassa que chegue, para além de que têm que ser avaliados os custos do transporte, pelo que, sendo a região do Médio Tejo, a par com o Município de Torres Vedras, uma região que aceita investimentos no âmbito do hidrogénio – uma tecnologia que está no segundo objetivo do próximo quadro comunitário de apoio, naquilo que são o mais verde, as alterações climáticas e as energias alternativas – vai ser colocada à Central do Pego a questão se estará disponível para reequacionar a questão da sua adaptação a uma nova tecnologia, havendo já parceiros alemães interessados; todos sabem que a Central não pode continuar a funcionar a carvão e ninguém quer ter duzentos desempregados na região, com todo o impacto económico e social que daí advém. No que se refere à iluminação pública, confirmou que nem todo o immobilizado que está a ser retirado está amortizado e que é a Câmara Municipal quem vai assumir o respetivo pagamento, tendo sido criada uma comissão constituída por um representante da EDP Distribuição, um representante da Ferrovial e dois representantes da Câmara, um da área técnica e um da área financeira, que reunirá de quinze em quinze dias para avaliar o immobilizado caso a caso; da avaliação será lavrado o respetivo



auto ocorrendo posteriormente um encontro financeiro para o respetivo pagamento pela Câmara; a retirada de tantas luminárias cria resíduos elétricos e eletrónicos, cabendo à Ferrovia a respetiva gestão, em obediência aos Decretos-Lei número setenta e três barra dois mil e onze e sessenta e sete barra dos mil e catorze, que definem o regime geral de gestão de resíduos e o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, respetivamente. Referiu que o mencionado projeto de gestão inteligente de rega foi adjudicado à Vodafone e resulta de uma candidatura submetida à Eficiência Hídrica, em momento anterior à adjudicação do contrato de eficiência energética, sendo certo que, conforme foi solicitado em ambos os procedimentos, o sistema da Vodafone é perfeitamente compatível com o sistema LoRa; para além da rega nas piscinas municipais, a candidatura tem ainda uma componente para o aproveitamento das águas da piscina para regas, depois de prévio tratamento. -----

O Sr. Fernando Vieira referiu que estão em causa verbas adicionais às que estão envolvidas no contrato questionando se a eliminação dos resíduos está incluída nos nove milhões que se vão pagar à Ferrovia. -----

A Sra. Presidente respondeu que não, que o que está incluído no contrato é a gestão dos resíduos. Referiu que o pagamento do imobilizado à EDP Distribuição vai sendo amortizando até ao final do contrato de concessão em baixa tensão, nos termos do acordo estabelecido entre as partes, aprovado pela Câmara Municipal. -----

O Sr. Fernando Vieira perguntou como é visto o aumento do IMI para os prédios em ruínas no âmbito da política da Câmara de recuperação de imobiliário degradado porque lhe dá a ideia que a medida tem um efeito perverso; se o proprietário não tem dinheiro para recuperar a casa, e tem que arranjar dinheiro para pagar o IMI agravado, piora a sua disponibilidade para recuperar casas. Deu o exemplo do edifício da antiga Gráfica de Tomar, uma das casas da cidade que mais gostaria de ver recuperada. -----

A Sra. Presidente respondeu que foi mantida a taxa de IMI de zero vírgula trinta e cinco por cento e o coeficiente familiar, e aplicada a majoração dos trinta por cento para os edifícios degradados, que é cumulativa com a aplicação das isenções de IMI; têm que notificar sempre o proprietário antes de transmitir à Autoridade Tributária a aplicação do imposto e está previsto começar pelos imóveis inseridos em áreas de reabilitação urbana, como é o caso do imóvel identificado, e de muitos outros, até na praça da República, porque estão em vigor, desde dois mil e catorze, um conjunto de incentivos fiscais, e outros, e é uma forma de incentivar à reabilitação; existem instrumentos financeiros a que os proprietários podem concorrer, nomeadamente através do IFRRU, para poderem reabilitar e colocar os imóveis no



mercado de arrendamento ou de alojamento local, retirando deles o correspondente rendimento; vão fazer vistorias e dar prazos aos proprietários para poderem apresentar os projetos e iniciar as obras; caso isso não aconteça, será comunicado à Autoridade Tributária. Referiu que não faz sentido que os proprietários não aproveitem os incentivos à reabilitação urbana que estão disponíveis. -----

O Sr. Fernando Vieira reiterou a sugestão de as atas passarem a registar a participação do público e os assuntos abordados e referiu que achou muito boa a ideia de as reuniões públicas poderem ser feitas, ocasionalmente, nas freguesias, e não devia ter ficado com o condicionamento da gravação, até porque, antes de haver gravação, já se faziam atas. Para terminar, retomou a história do hidrogénio, referindo o encontro realizado sobre o assunto o ano passado, na Biblioteca Municipal, com enfoque bastante grande na mobilidade (Toyota Mirai) e na utilização deste material para combater as emissões de CO dois; sendo uma boa alternativa, o hidrogénio é produzido por via das refinarias, ou por hidrólise da água, o que não tem rigorosamente nada a ver com o equipamento de uma central como a do Pego. -----

A Sra. Presidente referiu que regista a sugestão do registo em ata do essencial das intervenções do público e que as condições de sonorização resultam da antiguidade do sistema instalado, estando a decorrer um procedimento para aquisição de um sistema de gravação novo, sem fios. Referiu que faz todo o sentido descentralizar as reuniões o que acontecerá quando tiverem um novo sistema de gravação, dado que a gravação das reuniões é obrigatória e tem que ser mantida durante determinado período de tempo. Por último, referiu que, a seu tempo, se verá onde vai dar o desafio que vai ser lançado em relação ao hidrogénio. -----

Esteve presente o Sr. Américo Costa para dar conhecimento da criação de um grupo em defesa do rio Nabão e convidar todos os eleitos deste órgão, jornalistas e tomarenses a fazer parte desse grupo, que tem que ser coeso e unido. Procedeu à leitura do manifesto emanado do referido grupo, do seguinte teor: "Há décadas que o nosso rio, o rio Nabão, passou desgraçadamente a ser o parente pobre do nosso concelho, vítima de maus tratos sucessivos e de negligência sem precedentes. Tem sofrido nos últimos anos verdadeiros atentados ambientais, em total impunidade por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e sem que os responsáveis pelo Município tenham conseguido, ou querido, a mobilização da comunidade ou defesa deste património que é de todos. O ano de dois mil e dezanove foi particularmente feroz na devastação ambiental do nosso rio e apesar de os agentes poluidores estarem aparentemente identificados, a verdade é que não vemos serem tomadas medidas, nem em termos de contraordenações nem em termos de regularização da atividade dos



7

agentes poluidores. Os tomarenses exigem mais das autoridades competentes nomeadamente: Primeiro, a publicação da identificação das principais fontes poluidoras do rio Nabão em resultado dos atos de fiscalização/inspeção realizados pelas autoridades competentes, nomeadamente o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR e da APA. Segundo, o estabelecimento de um calendário por parte dos municípios da bacia hidrográfica do Nabão, nomeadamente de Ourém e de Tomar, para a monitorização, mitigação do risco e resolução dos principais problemas ambientais identificados. Por fim, o nosso rio, de que tantos tomarenses guardam boas memórias, faz parte da nossa história e do nosso inconsciente coletivo. Queremos que o seja também para os nossos filhos e netos. A ação em defesa do rio exige-se. Façamos ouvir a nossa voz.". De seguida, abordou a questão do açude sazonal do Mouchão, que este executivo transformou em açude fixo permanente, com postes de telefone e toneladas de pedras em prejuízo da fluidez do caudal de todas as zonas ribeirinhas a montante; se esta construção tivesse lugar onde está o bem feito açude do Flecheiro, com certeza andariam todos a tomar banho na zona histórica da cidade, pelo menos na zona de leito de cheia. Disse sim ao açude do Mouchão, que contribui em muito para a cidade turística e para a nossa cultura, mas nos moldes tradicionais, com construção em maio e desmantelamento em outubro; avisou várias vezes este executivo, e os seus técnicos - que de técnicos só têm o nome, pois demonstram uma ignorância preocupante nestes assuntos - e agora vai haver multas por aquela construção ilegal, que vai ser desmantelada, e o Município vai pagar com o dinheiro que é de todos quando a idiotice é sempre dos mesmos. -----

A Sra. Presidente referiu que, independentemente do lado em que estejam, ou das posições mais ou menos inflamadas de cada um, estão todos de acordo em relação ao rio Nabão; há coisas que são referidas no manifesto que não dependem da Câmara, que não sabe, nem tem que saber, quem são os onze possíveis prevaricadores, possuindo apenas a lista das localizações dos focos; face à carência de meios da Agência Portuguesa do Ambiente, mantêm a disponibilidade para colaborar, cedendo viaturas e recursos humanos para acompanhar os respetivos técnicos no exercício das funções que só a eles competem, como seja a entrada em instalações e o levantamento de contraordenações. Referiu que, em dois mil e dezoito, já tiveram uma fase complicada em termos de poluição no rio, mas o ano passado ultrapassou qualquer marca, e é provável que tenham que endurecer bocadinho as posições, sendo certo que, neste momento, podem ter mais ação num dos focos de poluição que, não adianta esconder, todos sempre identificaram; por muito que os vizinhos de Ourém digam que não, todos sabem que a ETAR de Seiça é uma das fontes de poluição; pena é que tenha sido



permitida a construção de uma ETAR no território de Tomar cuja gestão não lhes compete e também aí estão cem por cento de acordo. Disse que está convencida de que, se tiverem que endurecer as posições, os tomarenses irão demonstrar o que é ser tomarense na defesa daquilo que é seu. -----

O Sr. Américo Costa referiu que gostaria que os eleitos deste órgão integrassem o grupo, a exemplo que fizeram várias individualidades, porque é uma luta que é de todos; se estiverem unidos à volta do assunto, poderão, pelo menos, clamar aos céus e fazer aquilo que se fez há uns anos e que demonstrou a força desta cidade. Relembrou os avisos que fez em relação à questão do açude, sem que tenha valido a pena. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota de que, a partir do corrente ano, decorrente do orçamento em vigor, será atribuído às associações de pais - que, há quase vinte anos, fazem a gestão das refeições nas escolas do concelho - um apoio mensal de cinco euros por aluno que almoce nas cantinas escolares. Reportou que, ontem, foi alertado pela diretora de um dos agrupamentos de escolas que havia uma "notícia" na página do costume que continha algo que não era verdade - ou, como de costume, era totalmente desvirtuada a realidade das coisas - sobre a Escola Básica de Santo António e sobre os preços que são praticados pela Associação de Pais. Referiu a propósito que, em Tomar, ao contrário de outros concelhos, desde logo porque ainda mantêm muitas escolas dispersas, até na cidade, há muita diversidade de oferta e os pais, quando escolhem a escola para os seus filhos têm a obrigação de perceber as diferenças e os preços praticados pelas associações de pais nos serviços que prestam, e que são decididos pelos pais que integram uma qualquer escola; é ali referido que o Município não pratica a lei, tentando mais uma vez atingir a Câmara, mas o que se está a atingir é uma escola, uma associação de pais e um agrupamento de escolas em particular porque, a menos que haja questões de ordem legal, o Município não interfere naquilo que é competência das associações de pais; conforme disse à diretora do agrupamento, a Câmara não pode passar os dias a desmentir as coisas que são ditas nessa página, porque teria que o fazer diariamente; neste caso, não deixa de ser revelador que, quando o município aumenta os apoios sociais na área da educação, como vem fazendo, ano após ano, se tente levar a opinião pública para uma ideia contrária, mas é algo que não os impede de, dentro das possibilidades, continuar a aumentar esses apoios. -----



A Sra. Presidente começou por referir que, no dia um de janeiro, entrou em funcionamento a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, composta por seis municípios; Tomar entrou com os subsistemas de água, saneamento e resíduos sólidos; como previsto, Ourém entrou com o subsistema de saneamento, e entrará em dois mil e vinte um com o subsistema de resíduos sólidos (quando termina o contrato com a empresa que procede à recolha na área do concelho) e com o subsistema de água quando terminar a concessão em vigor; a operação não se iniciou para os municípios de Mação, Sardoal, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha, porque ainda não se operou a transferência dos respetivos recursos humanos para a empresa e porque, tendo em conta as candidaturas submetidas ao POSEUR, foi deliberado pela Assembleia Geral da empresa dar prioridade às obras de saneamento em detrimento do procedimento para o início da operação nesses municípios. Frisou que, em janeiro, a entrada em funcionamento da empresa não traz alterações para os cidadãos tomarenses, que vão receber as faturas da água relativas ao consumo de dezembro, a pagar ainda aos SMAS; qualquer fatura tem um prazo de seis meses para ser paga pelo que a relação do cliente com os SMAS só se esgota, no máximo, a trinta de junho; por isso, e porque há cidadãos que celebraram acordos de pagamento de faturas de água em prestações, que têm que decorrer pelos SMAS, até àquela data vão existir em simultâneo os sistemas de faturação dos SMAS e da nova empresa; no final do mês, início de fevereiro, começam a ser emitidas pela Tejo Ambiente as faturas referentes aos consumos de janeiro, já em conformidade com o novo tarifário aprovado pela Câmara, que é inferior ao que vinha sendo praticado, o qual, por força do parecer da ERSAR, que obriga a que as tarifas contenham quatro dígitos decimais, tem que ser novamente submetido a este órgão. Deu conhecimento de, no âmbito do POSEUR, para operações relacionadas com saneamento, estão aprovadas duas candidaturas em Ourém, três candidaturas em Tomar (sete vírgula nove milhões de euros de investimento nos subsistemas de São Pedro, Valdonas e Maxial) e uma candidatura no Sardoal (reservatórios); a decisão de aprovação foi assinada a trinta de dezembro e têm um prazo de sessenta dias para lançar os procedimentos de contratação. Deu nota de que está também aprovada uma candidatura de dois vírgula três milhões de euros para implementação de telegestão nos seis concelhos. Referiu que as ETAR passaram para a Tejo Ambiente e que, no dia dois, já se verificou uma visita técnica dos engenheiros da empresa à ETAR de Seiça, tendo sido detetado um conjunto de intervenções a realizar com carácter de urgência, a par da necessidade de repensar o sistema de encaminhamento das águas residuais do concelho de Ourém, que tem três ETAR, para diminuir a pressão na ETAR de Seiça; em consequência, foi contratada uma empresa



externa para, no decorrer desta semana, em conjunto com a equipa da empresa, realizar uma segunda visita, que permita elencar as obras a implementar, com carácter de urgência, a analisar na reunião do Conselho de Administração que tem lugar na próxima semana. Referiu que a Tejo Ambiente ainda não arrecadou receita resultante da aplicação dos tarifários, tendo contraído um empréstimo de um milhão, seiscentos mil euros, que pode servir para pagamento de vencimentos e, sobretudo, para assegurar a intervenção urgente na referida estação de tratamento. De seguida, deu nota de que no seguimento da aceitação da assunção de competências em matéria de educação a partir do próximo ano letivo, foi constituída a comissão de avaliação que irá negociar o processo, que é composta por si, pelo Diretor Delegado Regional, indicado pelo Ministério da Educação, e pelos diretores dos dois agrupamentos de escolas, cuja primeira reunião está agendada para dia oito, para a qual solicitou a presença do Sr. Vereador da Educação e dos serviços técnicos de educação. Frisou que, em Tomar, há contrato programa desde dois mil e nove e a questão dos recursos humanos não é significativa; questão diferente são as verbas associadas aos edifícios e, sobretudo, o edifício da Escola Gualdim Pais precisa de uma profunda requalificação; ou a verba a transferir é condizente com as necessidades - retirada do amianto, substituição da instalação elétrica e das caixilharias, demolição do pavilhão e construção de novo - ou não terão problemas em propor a submissão à Assembleia Municipal de proposta de revogação da deliberação tomada e a não aceitação das competências no próximo ano letivo; estão cientes de que, em dois mil e vinte um a competência é da autarquia, e que são o elo mais fraco, mas têm uma necessidade premente naquele edifício onde aquelas crianças estão sem condições. Por último, partilhou que foi convidada para integrar o Comité das Regiões Europeu, o que a obrigará a deslocações mais frequentes a Bruxelas e que é natural que possa haver uma reformulação de pelouros.-----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que, nos últimos dias, se tem falado muito em refeições escolares; sabem que as refeições têm que ser nutricionalmente equilibradas, saudáveis e seguras para todos os alunos, independentemente do estatuto socioeconómico das famílias; o fornecimento de refeições deve ser feito de acordo com os princípios de qualidade, quantidade, variedade e com os requisitos de higiene e segurança alimentar, para além de que os refeitórios escolares revestem ainda fundamental importância na promoção da igualdade e inclusão social das crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário; isso está consagrado na lei e compete aos municípios assegurá-lo. Referiu que as instituições têm que funcionar de acordo com o que está previsto, mas também tem



que haver um sistema de monitorização daquilo que está implementado; têm-se falado muito nas associações de pais, nos agrupamentos de escolas, nas competências da Câmara, em quem faz o quê, como e porquê, sendo certo que não basta dizer que são as associações de pais que têm obrigação, porque recebem cinco euros por aluno; há que fazer um trabalho a montante e saber se isso está a funcionar no terreno, porque, se isso for feito, acabam por ser dissipadas muitas das questões que se colocam. Disse que era importante saber se em todas as escolas onde há obrigação de fornecer as refeições sem custos isso está mesmo a funcionar, o que se consegue através da monitorização do sistema implantado e defendeu que, a exemplo de outros municípios, deveriam pensar e alargar este apoio das refeições a outros níveis de ensino, porque todos os dias lhes batem à porta situações de famílias que têm muita dificuldade, devido aos horários escolares ou ao sistema de transportes, em garantir as refeições aos seus filhos que por aí estudam; pensa que podiam alargar esses apoios à comunidade escolar em geral, com equilíbrio, especialmente para os mais carenciados, tendo em vista garantir a refeição a cada um dos alunos e que estes estejam na escola confortáveis para aprender e para ter o sucesso escolar que se deseja. Salientou que é um desafio com vista à melhoria do sistema porque, se criarem melhores condições, irão ter mais pessoas a fixar-se em Tomar; às vezes, por pouco, faz-se a diferença entre ficar ou partir. De seguida, referiu que o concelho se depara com um problema de cães abandonados que, em matilha, se organizam e causam danos muitos graves em pessoas (praticantes de caminhadas, ciclistas e jovens no regresso da escola); e outros de donos irresponsáveis que não sabem tratar deles e contê-los no seu espaço, deixando-os sair para a rua em zonas onde circulam pessoas que, hoje, são atacadas com regularidade; existem focos no concelho um dos quais na zona da quinta do Balancho, União das Freguesias de Serra e Junceira, onde há habitantes, por acaso estrangeiros, que largam os cães, alguns deles perigosos, e hoje já ninguém passa numa estrada que, antes, era usada para caminhadas e passeios frequentes de bicicleta, porque são atacados pelos cães: também tem conhecimento que, ontem, várias pessoas que circulavam de bicicleta foram atacadas por canídeos e sofreram danos graves em consequência de queda. Perguntou o que pode ser feito junto da GNR, da PSP e das entidades que têm a obrigação de verificar e corrigir estas situações, e o que é que está a ser feito, porque é um problema muito grave e é preciso atuar já; ocorrem ataques a crianças que voltam da escola e há zonas do concelho onde as pessoas já não passam, e não têm outro caminho para circular; é preciso pensar nas pessoas e também nos animais, mas, acima de tudo, há que criar um sistema de equilíbrio onde as pessoas possam circular livremente sem correrem o risco de serem



atacadas. Disse que a questão tem que ser abordada com muita seriedade, e resolvida de uma vez por todas. Referindo-se ao rio Nabão, que nasce em Ansião e desagua no rio Zêzere, num percurso de vários quilómetros, atravessando vários municípios, disse que, em geral, é Tomar que paga aquilo que acontece a montante; todos sabem que é responsabilidade da Câmara na zona urbana e que a ETAR de Seiça é deficiente e uma não conformidade em termos de sistemas ambientais, porque foi mal construída e, acima de tudo, porque não consegue tratar os resíduos a montante; sem querer, para já, falar no sistema de gestão dessa estação de tratamento, não compreende como é que a Agência Portuguesa do Ambiente, como entidade fiscalizadora, que diz fazer monitorizações e vistorias frequentes ao rio Nabão e aos equipamentos que tratam dos resíduos, ainda não teve a coragem de denunciar publicamente quem são as/os potenciais onze entidades/focos de poluição. Considerou muito importante os movimentos de apoio ao rio Nabão, especialmente quando não são politizados, e é isso que se deseja para um movimento com estas características, onde todos possam entrar naturalmente; é claro que estão todos juntos na defesa do rio Nabão, desde a criança que acabou de nascer, ao cidadão mais idoso, mas, além disso, é preciso atuar no terreno; os movimentos são importantes para sensibilizar as entidades responsáveis, mas não são eles que vão resolver no terreno os focos poluidores e as deficiências em termos de equipamentos. A questão mais importante que se coloca é porque é que o rio Nabão tem poluição, e, nesse âmbito, quais são os equipamentos que existem que são deficientes, ou não existem em quantidade, e quais são as potenciais entidades poluidoras; podem ser indústrias; podem ser camiões que descarregam ao longo do rio porque lhes fica mais barato do que o tratamento dos resíduos que foram recolher aqui ou ali, o que só é possível nos dias de hoje porque não há fiscalização; essa fiscalização chama-se Agência Portuguesa do Ambiente, que tem que monitorizar, vigiar, licenciar, corrigir ou mandar corrigir aquilo que não está a funcionar ao nível dos equipamentos, mas, que se saiba, não contactou ainda todas as entidades poluidoras que diz conhecer, e não as obrigou a fazer ETARIS para que depois os resíduos vão tratados para o curso do rio; os municípios também não transformaram os sistemas unitários de resíduos domésticos em separativos para que as águas pluviais não entrem nas ETAR, que foram preparadas para tratar "x" metros cúbicos de resíduos domésticos e estão a receber as águas pluviais. Questionou como é que um sistema pode funcionar se falha tudo ou quase tudo salientando que, ou atacam por aqui, ou não resolvem nada; é preciso que os municípios tenham consciência de que têm que separar as águas pluviais dos efluentes domésticos e industriais, e que isso tem que ser resolvido de uma vez opor todas porque, se assim não for,



não vão resolver nada; para isso, é preciso dinheiro e acredita que a Tejo Ambiente, para cuja criação estiveram na primeira linha a aprovar, terá capacidade para resolver, com recurso a fundos europeus, mas não é algo que se resolva num ano ou dois; têm que ser conscientes e contribuir para que isto aconteça e, para tal, têm que apresentar propostas positivas e tentar influenciar para que os apoios venham, porque, sem eles, podem andar cem anos e o problema não será resolvido; além do problema da falta de capacidade das ETAR para tratamento dos efluentes há o problema dos bandidos das empresas que não têm respeito pelo ambiente e que, quando ocorrem grandes chuvadas, largam livremente os resíduos a navegar até à cidade de Tomar; têm que resolver isto, mas tem que haver dinheiro, projetos e planeamento; felizmente, a Tejo Ambiente começou a funcionar no dia um e há que agregar mais municípios para que tenham cada vez mais força, porque terá capacidade para desenvolver projetos; tem que ter técnicos e competência para isso; confiaram nesta estrutura para ter essa competência e a Tejo Ambiente tem que apresentar projetos, ver aquilo que é essencial e aquilo que é acessório, e ir buscar fundos com propostas credíveis, tendo em vista a resolução do problema, sem deixar de ter em conta que o rio Nabão nasce em Ansião. Referiu que os movimentos são importantes para levantar as questões, mas têm que ser criadas condições para que haja projetos credíveis de acordo com a evolução técnica, nomeadamente em termos de ETAR e ETARI; há que evoluir nesse sentido e apresentar propostas para que isto seja uma realidade; não vale a pena andar a chorar, a empurrar e a dar "tiros" uns aos outros, se não tiverem os meios e a capacidade de execução, e isso passa por ter e apresentar projetos credíveis à Comunidade Europeia, e por os executar de acordo com as necessidades, e também, dentro da panóplia das muitas situações que poluem o rio Nabão, por saber o que é essencial e quais são as prioridades; têm que trabalhar em conjunto para resolver isto, mas só o conseguem se tiverem dinheiro e projetos e a Tejo Ambiente tem aqui uma grande responsabilidade, mas também tem uma ferramenta que pode resolver e caminhar na resolução da situação, e esperam contribuir para que tal aconteça. -----

A Sa. Presidente referiu que, pelo menos, já estão a trabalhar nisso. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o problema dos canídeos é uma questão de âmbito nacional que a todos preocupa; salvo nalgumas questões muito excecionais, deixou de poder haver abate nos canis; são todos muito defensores dos animais, mas é um facto que as instalações não esticam; formalmente, o canil é de Tomar e de Ferreira do Zêzere, mas a sua gestão é totalmente de Tomar que, no final do mandato passado, duplicou o espaço existente; por mais que se duplique, um ou dois meses depois está novamente cheio; por cada animal



que é adotado há três ou quatro em lista de espera para entrar e, pontualmente, surgem situações urgentes decorrentes de processos judiciais ou de intervenção de autoridades policiais. Disse que lhes vão chegando relatos de situações semelhantes às agora referidas; este fim-de-semana, por exemplo, foram chamados e conseguiram recolher dois cães, um dos quais andava a atacar ovelhas e outros animais, mas, por vezes, são precisas várias tentativas para se conseguir apanhar o(s) animal(ais); é uma problemática com tendência a aumentar, sendo certo que têm cerca de cento e oitenta cães e três ou quatro dezenas de gatos no canil, cuja disponibilidade varia conforme a dimensão e o grau de perigosidade dos animais, para além das despesas envolvidas, na ordem dos cerca de cem mil euros por ano em ração e medicamentos. Salientou que é um problema que os municípios per si têm muita dificuldade em dar resposta; há algumas medidas que podem adotar, como é o caso da esterilização; agora que têm uma nova médica veterinária municipal vão começar a delinear um plano para intensificar a ação a este nível; outra medida passa pela sensibilização dos proprietários, nomeadamente no espaço rural, nem que seja com recurso a coimas, porque o abandono dos animais acontece essencialmente em espaço rural; têm solicitado à GNR que, nas suas deslocações, encontre animais sozinhos ou pessoas com animais, tente verificar se têm chip ou não (se todos os animais estiverem chipados, será mais difícil que possam ser abandonados); há medidas que estão a ser construídas passo a passo, sendo certo que, uma vez mais, também passa muito pela consciência individual, pela cidadania, pelo civismo de cada um, percebendo que um animal não é um objeto, que é uma responsabilidade do princípio ao fim da sua vida. Relativamente à questão das refeições escolares, acrescentou que o programa de refeições para o pré-escolar foi criado cerca de mil novecentos e noventa e seis e que, em Tomar, foram desde logo convidadas as associações de pais para gerir o serviço de refeições; em dois mil e seis, ou no ano seguinte, o programa foi generalizado ao primeiro ciclo, e, no concelho, as associações de pais foram uma vez mais convidadas a fazer a gestão dessa tarefa. Referiu, a título de curiosidade, que sempre disse que era um erro a longo prazo, tendo-o dito, escrito e difundido em muitos sítios; não está em causa a questão da delegação de competências, porque isso aconteceu na maioria dos municípios do país; mas Tomar é quase caso único na escolha das associações de pais; a maioria das Câmaras optou por fazer concursos e colocar empresas, outras entregaram às juntas de Freguesias ou às IPSS e outras assumiram a gestão direta; este modelo que foi opção em Tomar é um erro porque transformou as associações de pais em empresas e essa não devia ser a sua primeira apetência, mas, por outro lado, são os pais que, em princípio, têm a primeira preocupação



com as suas crianças, nomeadamente a questão da qualidade das refeições; em regra, sendo os pais a gerir, a qualidade será sempre melhor do que entregue a uma empresa que faça uns milhares de refeições, mas, nomeadamente em escolas mais pequenas, o número de alunos vai diminuindo e o modelo vai-se tornando insustentável, o que leva a que algumas associações vão deixando de ter capacidade para assegurar essa gestão como aconteceu em meia dúzia de casos, ao longo de seis anos, onde a Câmara reassumiu a gestão das refeições com recurso a uma IPSS local. Referiu que, no início do mandato anterior, chegaram a considerar acabar de vez com o modelo e não o fizeram porque, ao longo de vinte anos, as associações de pais foram contratando pessoal para os seus quadros e, com essa eventual decisão, entre outras questões, como o município ter que, de um dia para o outro, passar a gerir as refeições em mais de vinte escolas espalhadas pelo concelho, iriam atirar para o desemprego dezenas de pessoas; percebendo que estas situações têm muitos problemas associados, optaram por assumir a competência à medida que cada associação de pais tem entendido não ter condições para a gestão das refeições, como aconteceu em meia dúzia de situações, e vai continuar a acontecer. Referiu que o que está em causa nesta polémica que, ontem, surgiu publicamente, mas já começou no início do ano letivo, na Escola de Santo António, é algo diferente e acontece todos os anos, numa escola ou noutra; em regra, no início de cada ano letivo, há eleições para as associações de pais e, por vezes, os dirigentes mudam; foi o que aconteceu na Santo António onde as questões que surgem são antes de mais entre alguns pais; em determinada altura, foi-lhe pedido que estivesse presente numa assembleia de pais que aconteceu em finais de outubro, princípio de novembro, onde esteve também a Diretora do Agrupamento de Escolas; auscultaram os cerca de noventa encarregados de educação para tentar perceber qual era o caminho que queriam tomar e só dois entendiam algo diferente, curiosamente ambos pertencentes à direção da associação até há um mês atrás, um dos quais com o cargo de presidente; é o que está em casa na suposta polémica que surgiu na Escola Santo António, sendo certo que a Câmara não impõe este modelo e que é a grande generalidade dos pais que o prefere porque, dependendo dos casos e da vontade destes, lhes permite crescer e controlar serviços, se bem que com o acompanhamento do Município e das direções dos agrupamentos. Disse que, independentemente dos problemas de gestão que referiu, lhe parece difícil que haja mais qualidade do que entregar aos pais a gestão das refeições e do ATL dos seus educandos, pelo que, à partida, será um modelo para continuar, até que cada associação de pais solicite ao município que reassuma as competências.-----



O Sr. Vereador José Delgado felicitou a Sra. Presidente pela nomeação referindo que considera importante para Tomar ter representação a nível internacional e espera que isso possa trazer benefícios para o concelho. -----

A Sra. Vereador Célia Bonet referiu que foi com alguma admiração que verificaram que, ao final do dia, os utentes dos Centros de Saúde de Tomar estão a ser encaminhados para o Centro de Saúde de Ourém; há na cidade um hospital e dois centros de saúde, há nas freguesias rurais vários outros centros de saúde, e não conseguem compreender a situação. Perguntou se o executivo tem conhecimento da situação, porque razão ocorre e se Tomar vai perder serviços de saúde. -----

A Sra. Presidente referiu a situação descrita decorre do Plano de Contingência da Gripe; quando tomou conhecimento do documento, encarregou o Sr. Vereador Hélder Henriques de questionar o ACES do Médio Tejo porque é os centros de saúde de Tomar não eram ali mencionados, mas desconhece se já foi obtida resposta. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques informou que, a propósito, foi questionada a Sra. Diretora Executiva do ACES do Médio Tejo que informou que não foi possível abrir o Centro de Saúde para além do horário normal, contrariamente ao que foi possível fazer em Ourém, Alferrarede, Torres Novas e Ferreira do Zêzere, pelo que os doentes que solicitassem os serviços do Centro de Saúde de Tomar no âmbito do plano de contingência da gripe, fora do seu horário de atendimento, essencialmente ao fim-de-semana, podiam deslocar-se aos Centros de Saúde de Ourém, Torres Novas e Ferreira do Zêzere. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que a informação não deve estar correta porque a consulta que solicitou não tem a ver com a gripe, nem ninguém lhe perguntou qual era a doença, e seria dentro do horário de funcionamento habitual do Centro de Saúde (até às vinte horas) e o que lhe foi dito é que, a partir das dezoito horas, as pessoas teriam que ser encaminhadas para o Centro de Saúde de Ourém. Esclareceu que a situação se passou consigo e que o que pretendia era uma consulta de recurso, como era habitual acontecer, que está a ser encaminhada para o Centro de Saúde de Ourém. De seguida, referiu que a Estalagem do Mouchão continua sem iniciar as obras e gostariam de perceber qual é exatamente o ponto da situação, se se confirma que o projeto já deu entrada na Câmara e qual é a situação do mesmo. -----

A Sra. Presidente disse que desconheciam a situação que foi reportada pela Sra. Vereadora relativa a uma consulta de recurso, que acontece quando o médico de família não está a dar consulta, e vai ser solicitada informação ao ACES do Médio Tejo. -----



O Sr. Vereador Hugo Cristóvão informou que o projeto da Estalagem entrou em finais de novembro, início de dezembro, mas, entretanto, foi solicitada a sua reformulação, que aguardam; o edifício tem algumas condicionantes, insere-se no Plano de Pormenor do Açude, que tem regras, e, em parte, está em domínio hídrico, que também tem regras; por outro lado, a entidade de turismo impõe regras para o licenciamento do edifício, que nunca esteve licenciado e vai sê-lo como se fosse construído hoje; apesar das reuniões de trabalho que foram existindo ao longo dos meses, havia duas ou três questões que não se sentiria confortável a aprovar, muito menos a apresentar à reunião, para aprovação, e foi solicitado que essas questões fossem corrigidas e desse entrada um novo projeto, o que ainda não aconteceu e aguardam a todo o momento. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que não sabe se terá percebido bem a explicação que a Sra. Presidente deu em relação aos SMAS e perguntou se se confirma que estes serviços permanecem em atividade mais seis meses, o que não estaria previsto; a ser assim, gostaria de saber se isso vai ter impactos em termos de custos ativos (impostos) e adjacentes, ou não; e também, no caso de haver impactos em termos financeiros, se não teria sido possível evitar esse impacto negativo fazendo um contrato em que os devedores passariam a ser devedores da nova empresa, como acontece, por exemplo, quando um banco é vendido a outro banco. --

A Sra. Presidente referiu que, com as suas informações iniciais, pretendeu explicar as questões geradas junto dos cidadãos que sabem que a nova empresa entrou em funções e estão a receber carta dos SMAS; clarificou que a situação estava prevista desde início e não tem impacto financeiro até porque, se tivesse, os SMAS teriam que ter apresentado orçamento para o corrente ano; os SMAS estão em gestão corrente, mas a faturação referente ao mês de dezembro ainda é emitida pelos serviços municipalizados e os clientes podem efetuar o respetivo pagamento até trinta de junho, levando a que o sistema de faturação, que é diferente do sistema em uso na Tejo Ambiente, permaneça em funcionamento. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que, em dezembro, na passagem da tempestade Elsa no concelho de Tomar, se registaram muitos estragos nas freguesias existindo situações que necessitam de uma intervenção urgente, envolvendo recursos financeiros, equipamentos e pessoal que ultrapassam as disponibilidades das juntas de freguesia; verificam que a Comunidade Intermunicipal está a registar as situações ocorridas na sua área de intervenção, e gostariam de saber se já foi desencadeado o processo de sinalização de estragos e qual o apoio que a Câmara está a ponderar dar às freguesias. -----

A Sra. Presidente informou que, na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal,



pediu que se efetuasse um levantamento porque o Governo fala que vai criar um fundo para as questões do Mondego e, se ocorrerem danos graves na nossa região, têm que ter essa identificação para intervir junto da ANMP. Disse que a Câmara não está a ponderar dar apoio nenhum porque não há conhecimento de levantamento de estruturas, danos em estruturas de edifícios agrícolas, habitações ou outros; houve árvores derrubadas e barreiras caídas em estradas municipais, que são da responsabilidade do município; houve barreiras caídas numa estrada nacional e as Infraestruturas de Portugal já foram intervir; o mais grave que aconteceu no concelho foi a Águas do Vale do Tejo ter estado tanto tempo sem repor o fornecimento de água para abastecer as populações. A missão dos SMAS, e agora da Tejo Ambiente, é levar a água a casa das pessoas, mas só podem levar o que têm e compete à entidade em alta fornecer o bem à entidade em baixa; o pico da tempestade verificou-se numa quinta-feira à noite e é inadmissível que a entidade em alta utilizasse o e-mail para, àquela hora, comunicar que parou a captação de água da Mendacha (bem, porque o nível de turvação era elevado e prejudicava a qualidade da água para consumo); no meio da tempestade, com os trabalhos de corte de estradas e de prestação de auxílio às populações, só por acaso viu o e-mail e, automaticamente, avisou a população através de um direto na Rádio Hertz (a quem agradece publicamente); por outro lado, o primeiro corte ocorreu na noite de quinta-feira e só às vinte e duas horas do dia seguinte, a entidade em alta, sem ter dito nada à entidade em baixa, acionou os bombeiros para colocar água no reservatório. Referiu que grave é a entidade em alta (EPAL), que gere a Águas do Vale do Tejo, não ter um plano de emergência para situações como esta, nem um plano de comunicação porque só na segunda-feira, dia vinte e três, propôs fazer um comunicado conjunto; foi sempre o município que, sem ter culpa da situação, assumiu comunicar com as pessoas e arcou com as suas reclamações. Informou que está agendada para a terceira semana do corrente mês uma reunião entre a Tejo Ambiente e as referidas entidades para articulação dos respetivos planos de comunicação e de emergência para que não se possa repetir o que sucedeu. Salientou que ficou ainda provado que é por demais urgente concretizar a reversão total do sistema de abastecimento de água ao concelho a partir da captação do Castelo do Bode, que andam a pedir há anos; é verdade que a EPAL já começou a trabalhar nesse sentido e que são obras de milhões, mas a EPAL também ganha milhões e uma situação destas não pode acontecer, tanto mais que há um centro de hemodiálise que é abastecido a partir da Mendacha, a quem disponibilizou de imediato os bombeiros para levar água. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que, em face do procedimento de gestão da eficiência



energética da iluminação pública, deveria ser dado a conhecer às juntas de freguesia, e aos tomarenses em geral, quem é que se contacta no novo sistema em caso de avaria. Por outro lado, tendo sido referido pela Sra. Presidente o alargamento do número de braços de iluminação pública onde houver postes com linha, perguntou onde e quando é que isso está previsto, bem como se a informação que vai ser recolhida a partir da rede LoRa vai ser disponibilizada às juntas de freguesia e se era possível dar a conhecer publicamente, ou às freguesias, o cronograma do projeto. -----

A Sra. Presidente referiu que, em Tomar, haverá rede EDP e situações geridas pela Ferrovia; o número de contato para situações da rede da EDP mantém-se (e não vale a pena ligar para a Câmara ou para a Junta de Freguesia); no caso da rede da responsabilidade do município, não é necessário qualquer contato ou reporte porque é o próprio sistema que o faz automaticamente. Referiu que o projeto vai ser concretizado em duas fases; está a decorrer a primeira fase, que abrange todas as freguesias, e teve início na freguesia de Paialvo, para proceder à substituição direta das luminárias, tendo os Srs. Presidentes de Junta tido acesso ao mapa de trabalhos; numa segunda fase, serão colocados novos BIP, definidos em conjunto pelos serviços técnicos do município e pelas Juntas de Freguesia para tentar satisfazer ao máximo os pedidos. Referiu que, no dia catorze, vai ter lugar uma reunião para fazer o ponto da situação pelo que, na próxima reunião, já poderá dar conta com mais exatidão do que é que falta fazer. Disse que a rede LoRa abrange todo o concelho e que os avisos serão emitidos de acordo com os protocolos definidos para as diferentes situações; o aviso relativo a monitorização do risco de cheia no rio Nabão sairá para os Presidentes das Juntas de Freguesia abrangidas, mas, no geral, são enviados para a GNR ou PSP, para a Câmara e para a Proteção Civil, havendo dados que são disponibilizados ao público. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos sugeriu que fossem produzidos relatórios regulares, trimestrais, semestrais ou anuais, sobre as economias de energia obtidas, benefícios económicos resultantes da diminuição dos custos energéticos e valores pagos ao adjudicatário, e fossem divulgados publicamente os relatórios de medição e verificação, bem como os pareceres da comissão de acompanhamento do contrato. -----

A Sra. Presidente disse que isso é possível e desejável adiantando que o contrato foi feito numa baseline e que está prevista a respetiva avaliação anual pela comissão de acompanhamento devendo ser tornadas públicas as avaliações, quer em termos físicos quer em termos de evolução, e financeiros. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que ficaram desertos os procedimentos de hasta pública



que a Câmara lançou, em setembro de dois mil e dezassete e em janeiro de dois mil e dezanove, para arrendamento e exploração da cafetaria da Central de Camionagem e para cedência do uso privativo para construção e exploração da chamada Churrasqueira do Mercado, respetivamente; o espaço na Central de Camionagem permanece fechado e a antiga Churrasqueira do Mercado continua em qualquer utilização, tendo sido retiradas da cobertura as placas de fibrocimento; para que os espaços não se mantenham fechados e em processo de degradação contínua, os vereadores do PSD recomendam que a Câmara Municipal proceda a uma reavaliação das condições dos referidos procedimentos, de modo a suscitar maior interesse por parte dos empresários, e avance com novos procedimentos.-----

Em resposta à questão da antiga Churrasqueira do Mercado, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que, ao continuarem a chamar-lhe assim, estão a influenciar o pensamento de quem possa concorrer e não é obrigatório que tenha que ser uma churrasqueira. Deu nota de que começaram a demolir as construções devido aos materiais que ali se encontravam terem o seu quê de poluente, mas também para melhorar o aspeto do local e ganhar algum espaço para que o Sr. Vereador responsável pelo Mercado ali possa colocar mais alguns vendedores. Referiu que o procedimento ficou deserto, mas houve quem tenha mostrado interesse pedindo informações, tendo-se aproveitado para perceber porque é que não teriam apresentado proposta; a avaliação está feita e é provável que, entretanto, seja lançado novo procedimento para construção e exploração de um espaço de restauração junto ao Mercado Municipal.-----

Em resposta à questão da cafetaria da Central de Camionagem, cujo procedimento ficou deserto, **a Sra. Presidente** deu nota de que se chegou a dar início à alteração das condições de cedência com vista ao lançamento de um novo procedimento, mas, entretanto, com a entrada em vigor do regime jurídico do transporte de passageiros, que, entre outras questões, obriga a que todas as centrais de camionagem tenham um regulamento, foi delegada na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo a competência para se assumir como Autoridade de Transportes; a CIMT tem estado a reunir com a Rodoviária do Tejo para perceber como é que no âmbito desse regulamento, que se pretende igual para todas os equipamentos que existem, se pode enquadrar a questão da cafetaria; não lhe parece que possa ficar fora do regulamento, mas ainda não está decidido; se houver essa possibilidade, estão em condições de lançar um novo procedimento, se não houver enquadramento, será explorada pela Rodoviária do Tejo acrescentando a respetiva renda à renda do espaço, se bem que foi lançado um concurso público internacional para a concessão do serviço público de transporte de passageiros do



Médio Tejo e ninguém sabe se será a Rodoviária do Tejo a adjudicatária e é natural que a questão da cafetaria demore mais algum tempo a resolver. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias vinte e dois de julho, cinco e dezanove de agosto, dois, dezasseis e trinta de setembro, e catorze de outubro de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por não terem estado presentes nas respetivas reuniões, a Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não participou na aprovação da ata da reunião realizada a cinco de agosto, o Sr. Vereador Luís Manuel Monteiro Ramos não participou na aprovação da ata da reunião de dezanove de agosto, a Sra. Presidente não participou na aprovação da ata da reunião de dois de setembro, e o Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado não participou na aprovação da ata da reunião de catorze de outubro. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia três de janeiro de dois mil e vinte, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, quarenta e dois mil, trezentos e dezanove euros, quarenta cêntimos (3.042.319,40€) em Operações Orçamentais, e duzentos e noventa e sete mil, cinquenta e nove euros, cinquenta e dois cêntimos (297.059,52€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 01 – PROIBIÇÃO DE OUTDOORS NA CIDADE DE TOMAR -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão:

"A instalação desregrada e desordenada de outdoors publicitários de conteúdo comercial, quer em terrenos particulares, quer em espaço do domínio público, compromete a valorização urbanística da cidade e a harmonia dos espaços públicos, além de constituir uma ameaça para a segurança rodoviária, podendo ainda, como já ocorrido, acrescentar custos para o erário público provocados pela incúria dos anunciantes. -----

É pretensão desta autarquia, em sede de construção do regulamento de publicidade, proceder à delimitação de zonas do concelho onde, pelas suas características mais urbanas, de maior



centralidade e/ou objeto de recentes obras de regeneração urbana, será proibida a instalação de outdoors de conteúdo publicitário comercial. -----

No entanto, atendendo a que o referido regulamento ainda se encontra em fase de elaboração, e porque sabemos que esses procedimentos são demorados, enquanto por outro lado tem aumentado a colocação ilegal destes painéis, ainda que sistematicamente combatida pelos serviços municipais; -----

Tendo em conta as políticas desenvolvidas por este município no sentido da valorização da reabilitação urbana, da paisagem, e da melhoria da harmonia dos espaços públicos; -----

Existindo, nessa mesma linha de valorização do espaço público, e de uma maior capacidade de comunicação com o cidadão munícipe ou turista, a vontade de desenvolver um plano de sinalética específica para o espaço urbano; -----

Considerando que estão em curso processos de licenciamento e legalização de diversos outdoors publicitários no concelho, que aguardam decisão administrativa, e que proferindo decisão favorável, a mesma vigorará durante largos períodos comprometendo, assim, a política de limitação da colocação de publicidade em determinadas zonas da cidade que se pretende implementar; -----

Considerando os critérios legais em que assenta o licenciamento da atividade publicitária, previstos na respetiva lei habilitante; -----

Considerando as atribuições do município nos domínios do equipamento urbano e ambiente, conforme disposto nas alíneas a) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando a competência da câmara municipal para administrar o domínio público municipal, nos termos do disposto na alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Proponho a proibição da instalação de outdoors com conteúdo publicitário comercial em toda a Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Tomar, delimitada na planta anexa à presente proposta, dela devendo ficar a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, em caso de aprovação. -----

Para efeitos da presente proposta, considera-se "outdoor" o suporte constituído por moldura e respetiva estrutura, fixada diretamente no solo ou em parede que lhe dê suporte. -----

Exceciona-se do âmbito de aplicação do presente despacho os outdoors de conteúdo informativo municipal, os outdoors publicitários comerciais já licenciados até ao termo da



respetiva licença, assim como todas as demais situações expressamente aprovadas ou a aprovar pelo executivo municipal. -----

Exceciona-se ainda, por força da desatualizada Lei n.º 14/79, a propaganda partidária, instando o município aos partidos políticos o uso de bom senso e respeito pela comunidade, desde logo na questão urbanística e estética, mas também ambiental e de consideração pela larga maioria de cidadãos que não desejam essa, tão improcedente quanto ineficaz coação permanente, que a colocação de suportes de propaganda, em especial os de grandes dimensões, ocorra o mais possível apenas durante as campanhas eleitorais, e na sua colocação seja tido em conta o enquadramento urbanístico do local, e a não provocação de danos em calçadas, canteiros ou jardins, árvores, ou qualquer outro equipamento público, assim como a devida reposição após a retirada desses suportes." -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE: -----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em dezembro pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 03 – PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO DJUR.DCCO.00249.2019 DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE -----

Foram presentes, para conhecimento, o processo de contraordenação DJUR-DCCO.00249.2019 da Agência Portuguesa do Ambiente, relativo à colocação de estacas em toda a largura do rio Nabão, localizado paralelamente à avenida Marquês de Pombal, sem o respetivo título, e a defesa apresentada pelo município. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 04 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Sporting Clube de Tomar-----



Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1000/2019 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, nos dias 28, 29 e 30 de dezembro, para realização de Estágio Internacional de Patinagem, conforme solicitado pelo Sporting Clube de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 05 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria Susete Sousa Salvador Ribeiro e outros -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 750,00 m2 a desanexar do prédio misto sito em Quinta do Falcão, Freguesia de São Pedro de Tomar, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 7334/20160529, requerida por Maria Susete Sousa Salvador Ribeiro e outros, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 14446/2019 e 16126/2019 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque, nos termos e fundamentos das referidas informações, que homologa. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR DIREITO DO PRÉDIO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO, N.º 107 E 109 – Casa Pronta, Anúncio n.º 58885/2019 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação 16042/2019 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda do primeiro andar direito do prédio sito na rua Alexandre herculano, n.º 107 e 109, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, pelo valor de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada pelo valor apresentado. ----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 07 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRÉDIO SITO NA RUA DR. JOAQUIM JACINTO N.º 107– Casa Pronta, Anúncio n.º 58960/2019-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação 16058/2019 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda do prédio sito na rua Dr. Joaquim Jacinto n.º 107, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, pelo valor de 36.500,00€ (trinta e seis mil, quinhentos euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição do prédio identificado pelo valor apresentado.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e nove minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---